



CÁTEDRA INSTITUTO AYRTON SENNA DE INOVAÇÃO EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL VINCULADA AO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP-POLO RIBEIRÃO PRETO

CICLO DE WEBINARS “NOVO ENSINO MÉDIO EM DEBATE” Resumo das Proposições para o aperfeiçoamento do Novo Ensino Médio

Coordenação: Maria Helena Guimarães de Castro (titular da cátedra)

MAIO DE 2023

Este documento resume as principais propostas apresentadas no ciclo de webinars realizado pela Cátedra Instituto Ayrton Senna do IEA/USP/RP, que ocorreram em 27 de abril, 4 de maio e 18 de maio de 2023. As propostas aqui apresentadas baseiam-se nas gravações e sínteses dos seminários, nas principais convergências observadas nas manifestações dos participantes, e estão detalhadas no documento “O Novo Ensino Médio em Debate” (ver anexo). O objetivo dos seminários foi discutir propostas de aperfeiçoamento do Novo Ensino Médio, no âmbito da Consulta Pública sobre a reforma do Ensino Médio, instituída pela Portaria MEC no. 399, de 8 de março de 2023, e oferecer contribuições ao MEC.

PROPOSIÇÃO 1:

É importante aperfeiçoar o Novo Ensino Médio, levando em conta o intenso esforço e compromisso público dos Estados e dos Conselhos Estaduais na elaboração dos currículos alinhados ao novo sistema, com grande envolvimento das redes escolares, e respeitar o direito dos estudantes que estão cursando o Novo Ensino Médio desde o início de 2022.

A grande maioria dos atores ouvidos é favorável ao aperfeiçoamento do Novo Ensino Médio e contrário à revogação da lei 13.415/2017 que instituiu a reforma.

A ausência do MEC na coordenação das ações entre 2019 e 2022, sendo que 2020 e 2021 foi o período mais difícil da pandemia, teve grande impacto e dificultou o processo de formação dos professores, a produção de materiais didáticos e a reorganização do ENEM considerando as novas diretrizes do ensino médio. Destaca-se também a descontinuidade das políticas educacionais e a abertura da consulta pública para o aperfeiçoamento do NEM, neste ano de 2023, antes de completar um ciclo completo de implementação da reforma.

As evidências dos indicadores de desempenho e das desigualdades observadas no antigo ensino médio aparecem como sinalizadores da necessidade de mudança, além dos problemas observados nos anos finais do ensino fundamental, pois os alunos chegam ao nível médio sem os conhecimentos básicos que deveriam adquirir para acompanhar a etapa seguinte.

PROPOSIÇÃO 2:

O Novo Ensino Médio refere-se à concepção de educação e formação integral para a cidadania, para o mundo da vida e do trabalho que todas as juventudes almejam.

A concepção da BNCC é uma referência essencial para a elaboração de currículos por competências para formar os cidadãos deste século. Ela representa uma mudança de paradigma rompendo com o modelo de aprendizado tradicional que existia anteriormente, incompatível com as necessidades do mundo atual e do cidadão que queremos formar. Nesse sentido, a BNCC tem prioridade porque é a ela que devem estar alinhadas as demais condições de escolaridade: a infraestrutura física das escolas; a formação dos professores; a avaliação da aprendizagem; as decisões sobre tempos e espaços de aprendizagem; a gestão escolar; e os recursos didáticos que vão do livro à inteligência artificial.

PROPOSIÇÃO 3:

Há grande convergência, entre os participantes do ciclo de webinars, acerca da ampliação da carga horária da Formação Geral Básica, considerada essencial para combater as desigualdades, aumentar a mobilidade social dos mais vulneráveis, a sua inserção autônoma no mundo do trabalho rompendo com determinismos históricos. A maioria é contra alterações na lei 13.045 e propõe ajustes nas diretrizes e normas do Novo Ensino Médio.

PROPOSIÇÃO 4:

Manutenção das 1.800 horas de formação geral básica acrescidas de uma banda flexível de 400 horas para o desenvolvimento das competências gerais para a cidadania, com ênfase no aprender a conviver, o trabalho em equipe, o desenvolvimento da criatividade, abertura para o novo, o respeito ao outro e à diversidade, as competências digitais, enfim o desenvolvimento das competências essenciais para o cidadão do século 21. A ampliação das 400 horas, como uma banda flexível, conformaria um núcleo comum de competências e habilidades para a formação integral do cidadão para o mundo da vida e do trabalho, para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Neste sentido, a proposta da banda flexível de 400 horas mantém a flexibilidade do NEM e dialoga com a oferta de itinerários de aprofundamento e/ou técnico profissionais que ocupam de 800 a 1.200 horas da carga horária de no mínimo 3000 horas.

PROPOSIÇÃO 5:

A Formação Geral Básica para a cidadania aparece como elemento fundante da educação integral, etapa essencial para o aprendizado de todos os componentes curriculares das áreas de conhecimento (Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias), a partir de uma abordagem temática e interdisciplinar, com ênfase em língua portuguesa, matemática e língua inglesa. Sugere-se essa etapa como **“Pedagogia da Informação”**, que tem como ponto de partida as disciplinas, mas vai além delas. Exemplos como Energia e Meio Ambiente foram citados como temas da FGB que podem ser trabalhados a partir das competências das áreas definidas na BNCC do ensino médio. Destaca-se que a **FGB é o fundamento e os itinerários são o complemento ou aprofundamento**, indicando a necessidade dos processos de ensino e aprendizagem enfatizarem o **“transbordamento das disciplinas”** para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas na sociedade atual, que vão além das cognitivas e fortalecem a formação da cidadania plena.

PROPOSIÇÃO 6:

Sugere-se a definição do perfil do egresso do ensino médio para direcionar a implementação da reforma. "Qual o egresso do novo Ensino Médio que queremos formar?" Como formar um jovem com capacidade de diálogo, de convivência, de respeito à diversidade, além das competências cognitivas? A valorização do projeto de vida e do protagonismo do estudante são essenciais para a formação do cidadão pleno e devem ser enfatizados no perfil do egresso.

PROPOSIÇÃO 7:

O MEC tem um papel estratégico na coordenação nacional e na implementação da reforma, destacando-se:

- **a formação de professores; o apoio à expansão de escolas tempo integral;** o desenvolvimento de bons materiais de apoio, plataformas digitais e formação a distância; estímulo a programas de dedicação dos professores a uma só escola; a produção de materiais didáticos alinhados à BNCC e ao NEM.
- **ensino médio noturno:** a definição de regras, em conjunto com o CNE, sobre EAD ou ensino híbrido para compor a formação geral básica e flexibilizar a presencialidade do estudante na escola.

PROPOSIÇÃO 8:

É fundamental manter **a flexibilidade dos currículos** e a possibilidade de uma maior articulação com a **educação profissional e técnica**, criar incentivos para a ampliação das matrículas na formação técnica profissional de nível médio, como um dos itinerários oferecidos ao estudante, dentro da carga horária regular do ensino médio.

PROPOSIÇÃO 9:

O Novo Ensino Médio deve romper com os determinismos históricos e ampliar o repertório dos estudantes, a sua autonomia para fazer escolhas informadas e combater as desigualdades: os itinerários aumentam as possibilidades de escolha, fortalecem o protagonismo das juventudes e a valorização do projeto de vida. O grande desafio é gerar oportunidades equivalentes em contextos distintos para promover a diminuição das desigualdades educacionais.

PROPOSIÇÃO 10:

Redução do número excessivo de itinerários. A lei prevê itinerários integrados, sendo possível integrar as 4 áreas sem mudar a lei. Recomenda-se a definição de um **núcleo comum dos itinerários** e do **número de itinerários de aprofundamento**. Sugere-se também a **reorganização dos itinerários de aprofundamento em 4 áreas:** 1) área de ciências, engenharia, tecnologia e matemática; 2) área de ciências biológicas e da saúde; 3) ciências sociais e econômicas; 4) ciências humanas incluindo linguagens, literatura, história, filosofia etc.

Sugestões ao MEC para apoiar a implementação dos itinerários:

- **orientação às redes** sobre os itinerários;
- **produção de materiais didáticos** para os itinerários;
- implantação de programas de **formação de professores** para o desenvolvimento de itinerários;
- organização de um **banco de boas práticas** desenvolvidas nos Estados.

- **orientação aos municípios com uma só escola de ensino médio**, que oferecem ensino médio com professores de todas as áreas e podem oferecer itinerários de aprofundamento.

PROPOSIÇÃO 11:

Prioridade à expansão dos itinerários de formação técnica profissional, uso dos recursos FUNDEB para a dupla matrícula, parcerias com o Sistema S, institutos federais, escolas técnicas estaduais e privadas. Atenção especial ao tipo de formação técnico profissional oferecida para que não se torne obsoleta em poucos anos.

Sugestões para os itinerários de formação técnico profissional:

- **Criação de certificações profissionais** ou avaliações profissionais para estudantes; computar a carga dos estudantes que seguem cursos profissionalizantes;
- **Incentivar parcerias** com objetivo de ampliar a oferta;
- **Notório Saber:** deve ser restrito à educação técnico-profissional, conforme consta na lei, e ser normatizado pelos Conselhos Estaduais para apoiar a expansão da oferta com profissionais que possuam habilidades e competências em áreas específicas;
- **Levantamento de experiências bem-sucedidas:** itinerários por **sistema de crédito**; itinerários com **turmas multisseriadas**; Itinerários com **formatos modulares e ensino híbrido**; uso de tecnologias para apoio aos professores e estudantes.

PROPOSIÇÃO 12: convergências sobre o ENEM

O ENEM deve avaliar o perfil de saída dos egressos e o currículo do ensino médio.

- **A matriz de avaliação do ENEM não pode ditar os currículos.** O foco deve ser o ensino médio e não o ensino superior.
- **O ENEM não deveria ser uma avaliação para o ingresso no Ensino Superior, mas sim uma avaliação ao final do Ensino Médio**, cujos resultados ficam à disposição das universidades para que elas os usem ou não como forma de seleção dos estudantes. As universidades devem usar o **Enem como um dos critérios** de acesso ao superior, considerando a autonomia das universidades.
- **Enem de transição: é necessário definir com urgência o Enem 2024.** O processo de indefinição sobre o ENEM dificulta a implementação da reforma e causa ansiedade aos jovens sobre o seu futuro.

SUGESTÕES DIFERENCIADAS PARA O ENEM apresentadas nos seminários:

- **Proposta:** Na impossibilidade de avaliar todos os itinerários formativos, considera-se mais apropriado manter a concentração do ENEM na avaliação da **formação geral básica**, fazendo os ajustes na matriz de referência com a BNCC. Do ponto de vista da Universidade como histórico de avaliações, os estudos sobre validação ou predição do desempenho concentrado na formação básica é mais do que suficiente. Nada impede as Universidades de fazer uma segunda fase para algumas carreiras se for o caso, após as mudanças de aperfeiçoamento do Novo Ensino Médio. “SE o ENEM for um bom exame para avaliar os conhecimentos e habilidades dos estudantes do ensino médio, ele será um bom exame para a seleção das universidades” (R. Fernandes).

- **Proposta:** A avaliação **não deve desassociar a Formação Geral Básica e os Itinerários** Formativos; o excessivo número de itinerários dificulta uma avaliação que assegure a **equidade e isonomia do ENEM**. Há muitas incertezas sobre como avaliar os itinerários. Os ajustes advindos da consulta pública serão refletidos no desenho do ENEM, com pesos diferenciados para a FGB e os itinerários. É necessário aguardar o resultado da consulta pública para definir a matriz de referência do ENEM, que tem por objeto a avaliação de habilidades por meio de testes de múltipla escolha e algumas podem ser avaliadas na redação. “É preciso definir os componentes curriculares das áreas de conhecimento que serão avaliados no ENEM, como por exemplo a Língua Espanhola que não é obrigatória na BNCC” (R. Lacerda/INEP).

- **Proposta:**
 - **ENEM 2024 de Transição:** avaliação da **formação geral básica do Novo Ensino Médio**, fazendo ajustes na matriz de referência atual do ENEM de acordo com a BNCC e uma redação. Sugere-se definir um núcleo comum de avaliação dos itinerários para incentivar a flexibilidade dos currículos e não interromper a implementação das propostas curriculares.
 - **Enem 2025: Criação de uma comissão de pactuação liderada pelo MEC e INEP**, constituída por representantes do CNE, CONSED, Andifes e setor privado do ensino superior (semelhante ao que foi feito em 2009) para definir a **avaliação dos itinerários**, após os resultados da consulta pública. Sugere-se a formulação de diretrizes nacionais e um núcleo comum de avaliação dos itinerários.

 - **Sugestão para o Enem, após os resultados da consulta pública:**
 - **Prova 1:** avaliação da **formação geral básica** considerando os componentes curriculares das áreas de conhecimento, com ênfase em Língua Portuguesa e Matemática, e uma redação. Recomenda-se que a avaliação considere as competências e habilidades da BNCC, com uma abordagem interdisciplinar, enfatizando também as competências gerais da BNCC.
 - **Prova 2:** definir um **núcleo comum** de avaliação dos itinerários de aprofundamento, considerando a reorganização dos itinerários em 4 áreas: 1) área de ciências, engenharia, tecnologia e matemática; 2) área de ciências biológicas e da saúde; 3) área de ciências sociais e econômicas; 4) área de ciências humanas incluindo linguagens, literatura, história, filosofia etc.
 - **Avaliação de EPT:** estabelecer certificações intermediárias a médio prazo e desenvolver sistema de avaliação dos cursos técnico profissionais.

Por fim, registramos nossos agradecimentos a todos que participaram dos debates e às equipes do Instituto Ayrton Senna e do Instituto de Estudos Avançados da USP, polo Ribeirão Preto, sem os quais seria impossível colaborarmos com a consulta pública do MEC. As discussões foram extremamente relevantes, colaborativas e coerentes na proposição de ideias para o aperfeiçoamento do Novo Ensino Médio. Foi um espaço muito rico de diálogo, aprofundamento das análises sobre o futuro das juventudes e o papel da política educacional como base de sustentação para o desenvolvimento de um país mais justo, democrático, com educação de qualidade para todos.

CICLO DE WEBINARS “NOVO ENSINO MÉDIO EM DEBATE”

27/04/2023:

O NOVO ENSINO MÉDIO NA VISÃO DOS ESPECIALISTAS:

Simon Schwartzman/ABC; Francisco Soares/UFGM; Henrique Paim/FGV; Nilson Machado/USP; Reynaldo Fernandes/USP; Ricardo Henriques/Instituto Unibanco.

04/05/2023:

O NOVO ENSINO MÉDIO NA VISÃO DOS GESTORES: Raquel Teixeira/CONSED; Eduardo Deschamps/CEE/SC; Amábilis Pacios/CNE; Davi Oliveira/Seduc/Mato Grosso do Sul.

18/05/2023:

O NOVO ENSINO MÉDIO EM DEBATE: Alexsandro Santos/SEB/MEC; Rubens Lacerda/Inep; Ghisleine Trigo/CEE/SP; Maria Inês Fini/Anebhi; Iane Nobre/Seduc/Ceará; Guiomar Namó de Mello.

Colaboradores consultados: Mariza Abreu; Ricardo Martins; Katia Smole; Cecilia Amendola.

Material complementar: [Playlist vídeos sobre Novo Ensino Médio Cátedra IAS/IEA](#)

Maria Helena Guimarães de Castro